

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: INFÂNCIAS NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO

Caros Leitores e Leitoras do @arquivo Brasileiro de Educação!!!!

No ano de 2016, a cidade de Belém do Pará completou 400 anos de fundação, e, para comemorar a data, o Grupo de Pesquisa Constituição do Sujeito, Cultura e Educação (ECOS), da Universidade Federal do Pará, realizou o III Seminário de História da Infância na Amazônia e o V Colóquio Constituição do Sujeito Cultura e Educação. Tendo como tema central *História da Infância e das Instituições de Assistência e Educação nos 400 anos da cidade de Belém*, os dois eventos reuniram pesquisadores da história social, cultural e educacional da infância Paraense, oportunizando um debate mais amplo sobre a historiografia da infância. Em comemoração aos referidos eventos, organizamos para a Revista *@rquivo Brasileiro de Educação*, o Dossiê *Infâncias na Amazônia: história, cultura e educação*.

A reflexão sobre a infância nortista traz à tona questões que passaram a nos inquietar. Nesta direção, este Dossiê comemorativo aos 400 anos de fundação da capital do Pará mostra quem são as crianças amazônidas, como vivem, como veem sua condição, qual a dimensão da vida, suas práticas culturais, seu cotidiano e como as políticas assistenciais e educativas voltadas para a infância se estabelecem na região em diversos períodos históricos.

Nesse número apresentamos dez artigos produzidos por pesquisadores vinculados a diferentes instituições educacionais no Norte do país. Utilizando várias fontes e métodos para abordar a infância da região amazônica, os artigos se destacam em dois campos de investigações: de um lado, pesquisas no contexto da Historiografia da Infância, e de outro, da Sociologia da Infância.

O primeiro artigo, intitulado *Autos de tutela: uma possibilidade para compreensão histórica da família e da infância no Pará no final do século XIX*, de Elianne Barreto Sabino, analisa a importância dos autos de tutela como fonte para a história da família e da infância, bem como a importância do Juízo de Órfão no zelo pelos direitos de menores e da moral da família no final do século XIX, no Estado do Pará. No século XIX esse juizado cuidava de crianças pobres e órfãs, além de casos complexos de famílias desestruturadas. Como exemplo, a autora destaca o caso da tutela da

menor Maria de Nazareth Nadler, de três anos de idade, ocorrido em 1900, em razão da mãe ser viúva e acusada de ter vida irregular e alegre, além de ser pobre e não poder cuidar da menor.

O segundo artigo, *O registro da criminalidade infantil em Belém do Pará no ano de 1895: um estudo discursivo em processos judiciais sobre o caso do menor Joaquim Manoel da Silva*, escrito por Liliane da Silva França Corrêa e Camilla Vanessa Chagas de Oliveira, analisa a infância e a criminalidade no contexto paraense a partir dos enunciados discursivos do processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva, de 13 anos de idade, no ano de 1895, acusado de furto a um estabelecimento comercial no Mercado Público Municipal de Belém. A criminalidade infantil, nesse contexto, estava diretamente atrelada à pobreza, ao abandono da família e à explosão demográfica da cidade de Belém em decorrência da economia da borracha.

O terceiro artigo, *Os discursos sobre a educação de meninos em livro de leitura produzido na Amazônia no final do século XIX*, de Raimunda Dias Duarte, busca analisar a política de educação de meninos na Amazônia republicana em livro de leitura paraense o *Compêndio de Civilidade Cristã* produzido pelo Bispo D. Macêdo Costa, objetivava educar e controlar comportamentos das crianças no final do século XIX na Amazônia. A autora destaca que o modelo de civilidade aplicada aos meninos era a cultura francesa, considerada pela elite e igreja como berço da civilidade do século XIX.

No artigo *Mortalidade infantil em Belém do Pará: uma perspectiva a partir dos livros perpétuos de sepultamento de menores do cemitério de Santa Izabel (1910 – 1914)*, Carmeci dos Reis Viana investiga a mortandade infantil nos anos de 1910 a 1914 em Belém do Pará, utilizando como fonte para a historiografia da infância paraense os Livros Perpétuos de Sepultamento de Crianças, encontrados no Cemitério de Santa Izabel do Pará, destacando a idade, sexo, situação socioeconômica e o inventário das doenças que causaram a morte das crianças. A autora destaca que a mortandade infantil era significativa em Belém nos anos de 1910 a 1914 em razão de inúmeras epidemias e de doenças causadas pela falta de higiene e cuidados com a alimentação da criança. Por fim, para a autora, os médicos higienistas tiveram um papel significativo no combate à mortalidade de crianças, e que junto aos sanitaristas implementaram medidas para combater o óbito de crianças ainda nos primeiros anos de vida.

Escrito por Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, o quinto artigo intitula-se *Assistência à infância e à maternidade pobre em Belém do Pará em meados do século XX*, tendo como fonte os relatórios estaduais e municipais (de 1909 a 1912), além das revistas *Pará-Médico* e *A Semana*, a autora demonstra a notória deficiência da estrutura de assistência aos pobres, maioria da população, o que fazia com que as mães não tivessem confiança nos atendimentos prestados pelos médicos e hospitais disponíveis, gerando a falta de hábito da população em recorrer às instituições oficiais de saúde, tais como os hospitais, que eram extremamente precários. Segundo

a autora, não havia ações consolidadas de assistência e proteção à infância na primeira década do século XX, tornando o período da maternidade e do puerpério, momentos despercebidos pelas ações de Saúde Pública, que ainda estava em vias de formação no estado do Pará.

No sexto artigo, intitulado *A literatura paraense como fonte para o conhecimento da história da infância na Amazônia*, desenvolvido por Maria do Socorro Pereira Lima, destaca a história da infância da Amazônia a partir da literatura paraense. No artigo, a autora investiga a infância com o objetivo de compreender a história da infância da Amazônia a partir da sua representação literária produzidas no estado do Pará no decorrer da primeira metade do século XX. As reflexões advindas dessas obras visaram contribuir com a ampliação das fontes documentais na constituição de um campo de formação específico sobre a história da infância na Amazônia.

O sétimo artigo *Aspectos Ideológicos da Educação de crianças nos discursos da revista A Escola” (1900-1905)* de Michelle Araújo de Oliveira e Welington da Costa Pinheiro, visa discutir em duas edições da revista “A Escola” alguns aspectos ideológicos sobre representatividade da mãe na educação e formação da criança e como essa infância era vista na sociedade do início do século XX. Na análise, realizada pelos autores, pôde-se verificar que a mãe à época é vista como a principal responsável na educação familiar das crianças e como a ideologização dessa figura materna influencia diretamente na formação do ser criança.

O artigo oitavo intitulado *Infâncias e crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara: linguagens e práticas culturais*, de Simeí Santos Andrade e Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco, objetivou analisar a infância, quem são e como vivem as crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara e que práticas culturais vivenciam no seu cotidiano, por meio de uma abordagem qualitativa focada numa etnografia com crianças. O estudo possibilitou a análise da identidade, da cultura, do cotidiano, do tempo de ser criança em condições objetivas.

De autoria de Léia Gonçalves de Freitas e Vitor Souza Cunha Nery, o nono artigo, intitulado *A infância no contexto da obra da Usina Hidrelétrica – UHE de Belo Monte*, intenciona analisar as infâncias no contexto da grande obra de UHE de Belo Monte, com vista a compreender de que forma as crianças vivenciam seu cotidiano sociocultural a partir das mudanças sofridas em seus modos de ser e estar em diferentes *lugares*, em função do reordenamento urbano, que está acontecendo no município de Altamira, Estado do Pará.

O décimo artigo, de Lorena Bischoff Trescastro, intitula-se *A escrita de texto na infância: questionamentos e diálogos*, trata da escrita de texto por crianças no 3º ano do Ensino Fundamental. A grande questão que norteia a investigação é “o que cada criança precisa, neste momento de escolarização, aprender?”. Esta é uma questão necessária que se coloca no dialogismo que emerge das práticas escolares. Nesse estudo, a criança que escreve é vista não apenas como reprodutora de um discurso adulto, mas como um sujeito social, que ao interagir com o discurso do outro, se constitui

em produtor de cultura.

As pesquisas aqui apresentadas trazem à comunidade científica reflexões sobre práticas culturais, educação escolar, assistência e proteção à criança, instituição de asilamento, criminalidade infantil e política higienista nos cuidados com a criança do século XIX ao XX, e representações de infância no contexto contemporâneo.

Os artigos apresentados neste número propiciam uma fértil reflexão sobre a criança paraense, dando visibilidade as pesquisas desenvolvidas no Norte do país e que tem contribuído para uma concepção mais ampla de infância no Brasil. As divulgações dos trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos pelos pesquisadores da região amazônica têm possibilitado uma autorreflexão acerca das opções feitas e do uso das diversas fontes históricas para construção das pesquisas sobre a Infância, Cultura e Educação. Num momento de grande reducionismo sobre a criança, como este que hoje estamos vivendo (com o slogan *Criança Feliz* do governo federal), procurar explorar as inúmeras possibilidades de infância, de política públicas e educação para as crianças nortistas tem sido um desafio para nossos(as) pesquisadores(as) da Amazônia.

Os artigos aqui apresentadas tiveram como objetivo situar a criança da Amazônia, desmistificando os conhecimentos que estão sendo legitimados hoje sobre a criança deste lugar, deste espaço, além de reconhecer a importância que a infância amazônica tem para a sociedade de hoje, em face da violência à qual é submetida na exploração dos recursos naturais da região (trabalho escravo, violência sexual, física, intelectual, nutricional, entre outros) em prol do desenvolvimento nacional e internacional, o que tem contribuído para uma infância (in)visibilizada e consequentemente uma criança desprotegida.

A Amazônia é uma região que vive uma diversidade permeada por diferentes condições de vida, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos (camponeses, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, assentados, atingidos por barragens, populações urbanas e periféricas das cidades), compondo diferentes matrizes étnicas, com diversos valores e modos de vida, compõe o cenário das pesquisas realizadas na Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFPA e no Grupo de Pesquisa ECOS – Constituição do Sujeito, Cultura e Educação.

Esperamos que este número da @rquivo Brasileiro de Educação amplie as discussões sobre a infância, suas realidades e singularidades no campo da História da Educação.

Laura Maria Silva Araújo Alves
Universidade Federal do Pará (UFPA)